

# DA TUTELA DO CONSUMIDOR EM PORTUGAL E DO PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JORGE DIAS DUARTE

Procurador-Coordenador dos Juízos e Varas Cíveis de Gaia

## EXCEROTOS

*“Considera-se consumidor todo aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos, destinados a uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma actividade económica que vise a obtenção de benefícios”*

*“Surgindo a intervenção do Ministério Público por impulso próprio ou porque tal intervenção lhe foi solicitada externamente, a sua ação inicia-se, desde logo, pela abertura de um processo administrativo”*

*“A interpretação da declaração negocial não pode, em negócios formais (caso do contrato de seguro, regulado pela legislação comercial), acolher um sentido que não tenha no texto um mínimo de correspondência”*

*“Finalmente, não posso deixar de referir o relevantíssimo papel que, também nesta área, o Ministério Público pode/deve desempenhar nas tantas vezes ‘malqueridas’ (porque incómodas) funções de atendimento ao público...”*

Referindo-se aos direitos dos consumidores, o artigo 60º da Constituição da República Portuguesa estabelece expressamente que:

«1. Os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e à informação, à protecção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos.

2. A publicidade é disciplinada por lei, sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indirecta ou dolosa.

3. As associações de consumidores e as cooperativas de consumo têm direito, nos termos da lei, ao apoio do Estado e a ser ouvidas sobre as questões que digam respeito à defesa dos consumidores, sendo-lhes reconhecida legitimidade processual para defesa dos seus associados ou de interesses coletivos ou difusos.»

Caracterizando-se, tradicionalmente, o Ministério Público português pela riqueza e diversidade das funções que lhe são cometidas, verifica-se que, atualmente, o n. 1 do artigo 221º da Constituição da República Portuguesa, estabelece que “ao Ministério Público compete representar o Estado e defender os interesses que a lei determinar (...)”, sendo que, em paralelo, o artigo 3º, n. 1, alínea e), do Estatuto do Ministério Público<sup>1</sup> dispõe que “competes especialmente ao Ministério Público: (...) assumir, nos casos previstos na lei, a defesa de interesses coletivos e difusos<sup>2</sup>”, acrescentando que, de acordo com a alínea e) do n. 1 do artigo 5º do mesmo estatuto, em tais casos “o Ministério Público tem intervenção principal nos processos”.

Importa, a este propósito, referir que, sob a epígrafe de “Ações para a tutela de interesses difusos”, o artigo 26º-A do Código de Processo Civil dispõe que “Têm legitimidade para propor e intervir nas ações e procedimentos cautelares destinados, designadamente, à defesa da saúde pública, do ambiente, da qualidade de vida, do património cultural e do domínio público, *bem como à proteção do consumo de bens e serviços*, qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis e políticos, as associações e fundações defensoras dos interesses em causa, as autarquias locais e o *Ministério Público, nos casos previstos na lei*”.

Sendo estas as primeiras normas convocáveis para definirmos a atuação do Ministério Público na tutela dos direitos dos consumidores, importa, no estrito âmbito da presente intervenção, reter dois diplomas que expressamente se referem à intervenção do Ministério Público nesta área, quais sejam, a **Lei de Defesa do Consumidor** (LDC), ou seja, a Lei 24/96, de 31 de Julho, na redação do DL 67/2003, de 8 de Abril, o qual, por sua vez, foi alterado pelo DL 84/2008, de 21 de Maio, que transpôs para o direito interno a Diretiva 1999/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio, e o

**Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais**<sup>3</sup>, plasmado no DL 446/85, de 25 de Outubro, sucessivamente alterado pelo DL 220/95, de 31 de Agosto, objeto da Declaração de retificação 114-B/95, de 31 de Agosto, pelo DL 249/99, de 7 de Julho e pelo DL 323/2001, de 17 de Dezembro.

Nos termos do n. 1 do artigo 2º da Lei de Defesa do Consumidor<sup>4</sup>, “*considera-se consumidor todo aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos, destinados a uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma actividade económica que vise a obtenção de benefícios*”; mas importa referir que o âmbito da Lei em referência se estende, também, aos bens, serviços e direitos fornecidos, prestados e transmitidos pelos organismos da Administração Pública, por pessoas coletivas públicas, por empresas de capitais públicos ou detidos maioritariamente pelo Estado, pelas Regiões Autónomas ou pelas autarquias locais e por empresas concessionárias de serviços públicos, tal como dispõe o n. 2 do normativo citado.

Continuando a seguir a mesma lei, verifica-se que o consumidor tem os direitos consagrados no respectivo artigo 3º, ou seja:

- direito à qualidade dos bens e serviços (cfr., também, artigo 4º);
- direito à proteção da saúde e da segurança física (cfr., também, artigo 5º);
- direito à formação e educação para o consumo (cfr., também artigo 6º);
- direito à informação para o consumo (cfr., também, artigos 7º e 8º);
- direito à proteção dos direitos económicos (cfr., também, artigo 9º);
- direito à prevenção e reparação dos danos patrimoniais ou não patrimoniais que resultem da ofensa de interesses ou direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos (cfr. artigos 10º a 13º);
- direito à proteção jurídica e a uma justiça acessível e pronta (cfr. artigo 14º), e
- direito à participação, por via representativa, na definição legal ou administrativa dos seus direitos e interesses (cfr. artigo 15º).

Reportando-se a minha intervenção ao papel que o Ministério Público português pode/deve desempenhar na defesa do consumidor, impõe-se referir que, quando estejam em causa interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos e de harmonia com o disposto na alínea c), do artigo 13º da LDC, o *Ministério Público* (tal como o Instituto do Consumidor) *tem legitimidade activa para intentar as ações previstas nos artigos 10º a 12º da mesma lei*, e designadamente a ação inibitória, a qual, como resulta do n. 1 do artigo 10º da lei em referência, se destina “a prevenir, corrigir ou fazer cessar práticas lesivas dos direitos do consumidor consignados na presente lei, que, nomeadamente:

- a) Atentem contra a sua saúde e segurança física;

- b) Se traduzam no uso de cláusulas gerais proibidas;
- c) Consistam em práticas comerciais expressamente proibidas por lei”.

Retenha-se que, de acordo com o n. 2 da mesma norma, “A sentença proferida em ação inibitória pode ser acompanhada de sanção pecuniária compulsória, prevista no artigo 829º-A do Código Civil, sem prejuízo da indemnização a que houver lugar”.

Referindo-me, antes do mais, à legitimidade do Ministério Público para intervir e sendo seguro que a mesma apenas se verificará quando estejam em causa *interesses individuais homogêneos*<sup>5</sup>, *coletivos*<sup>6</sup> ou *difusos* – e sendo certo, todavia, que a maioria das solicitações efetuadas ao Ministério Público se referem a casos individuais em que o consumidor mais não deseja que reclamar uma indemnização – importa repetir que, em tais situações o Ministério Público não atua em representação, mas *em nome próprio*, por a lei lhe impor que assuma um interesse de caráter social que, por natureza, se não mostra determinado do ponto de vista subjetivo, assim se tratando de uma intervenção oficiosa, no exercício de uma competência específica, para agir no interesse da coletividade.

Compete especialmente ao Ministério Público: assumir, nos casos previstos na lei, a defesa de interesses coletivos e difusos

Nestes casos, o Ministério Público exerce um verdadeiro *poder de intervenção* nas relações jurídico-privadas, que o ordenamento jurídico, em certas circunstâncias reserva ao Estado-coletividade. Este vai, pois, atuar através do Ministério Público como verdadeiro substituto processual dos titulares das relações jurídico-privadas controvertidas, solicitando uma providência jurisdicional com reflexo na esfera dos particulares, com vista à realização direta do interesse público (Lopes do Rego, *Revista do Ministério Público*, ano 11º, n. 41, págs. 48 e 49).

A ação inibitória, no âmbito da LDC, visa a defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos, com o objetivo de prevenir, corrigir e/ou fazer cessar práticas lesivas dos direitos dos consumidores, sendo admissível procedimento cautelar, nos termos gerais; no que se refere ao tribunal competente, aplicam-se as regras gerais – cfr. artigos 85º, 86º e 87º do Código de Processo Civil.

Conforme resulta do acima referido, as alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n. 1 do artigo 10º da LDC são meramente exemplificativas, existindo uma relação de especialidade entre a alínea *b)* daquele normativo – “práticas lesivas dos direitos dos consumidores (...) que se traduzam no uso de cláusulas gerais proibidas” – e o artigo 25º do RJCCG; importa, a este propósito, referir que pode haver

cumulação de causas de pedir, *maxime* quando estamos perante uma cláusula nula e uma prática comercial proibida por lei<sup>7</sup>.

De harmonia com o disposto no n. 1 artigo 11º da LDC, *a ação inibitória tem o valor equivalente ao da alçada da Relação mais 1\$00 (atualmente, €0,01), seguindo os termos do processo sumário, e estando isenta de custas*, sendo que “A decisão especificará o âmbito da abstenção ou correção, designadamente através da referência concreta do seu teor e a indicação do tipo de situações a que se reporta” – cfr. n. 2 do mesmo normativo; acresce, ainda, que, de harmonia com o n. 3 do normativo em referência, “Transitada em julgado, a decisão condenatória será publicitada a expensas do infrator, nos termos fixados pelo juiz, e será registada em serviço a designar nos termos da legislação regulamentar da presente lei”, sendo que “Quando se tratar de cláusulas contratuais gerais, aplicar-se-á ainda o disposto nos artigos 31º<sup>8</sup> e 32º<sup>9</sup> do Decreto-Lei 446/85, de 25 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 220/95, de 31 de Agosto” – cfr. n. 4 do artigo citado.

Do acima exposto resulta nítida a intenção do legislador em facilitar este tipo de ações, *maxime* ao estabelecer que a ação inibitória segue os termos do processo sumário, estando isenta de custas.

No que estritamente concerne à isenção de custas, afigura-se que, não tendo sido revogada pelo anterior Código das Custas Judiciais, não obstante o disposto no artigo 25º, n. 1<sup>10</sup>, do DL 34/2008, de 26 de fevereiro, que aprovou o novo Regulamento das Custas Processuais, à luz do disposto na alínea f)<sup>11</sup> do n. 1 do artigo 4º deste regulamento, e sem prejuízo do disposto no artigo 25º, n. 1, do diploma citado, afigura-se que a mesma isenção se manterá ainda nos dias de hoje<sup>12</sup>.

Já no que concerne ao Ministério Público dúvidas não há que está isento de custas, pois que nos termos da alínea a) do n. 1 do artigo 4º do Regulamento das Custas Processuais, o Ministério Público está isento de custas “nos processos em que age em nome próprio na defesa dos direitos e interesses que lhe são confiados por lei”.

Deve, todavia, referir-se que a isenção de custas apenas abrangerá o autor, atenta a especial natureza das entidades que têm legitimidade ativa, aqui se notando, uma vez mais, um “estímulo” do legislador em assegurar a efetiva tutela dos direitos dos consumidores.

Assim sendo, em caso de procedência da ação deverá(ão) o(s) réu(s) pagar as custas da respectiva responsabilidade, não se afigurando que exista base legal nem qualquer motivo que possa(pudesse) justificar tal isenção<sup>13</sup>. Conforme se referiu já, o valor destas ações excede em 0,01 euros o valor da alçada do Tribunal da

Relação com o que se visa possibilitar *sempre* o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça uma vez que está vocacionado para apreciar estas questões, ou seja, matéria de direito.

Tal como também já referido, *transitada em julgado, a sentença condenatória será publicitada a expensas do autor*, nos moldes fixados pelo juiz, cumprindo aqui referir que o Tribunal Constitucional, no Acórdão 360/01<sup>14</sup>, de 12 de Julho de 2001, decidiu julgar não inconstitucional a norma do n. 2 do artigo 30º, do Decreto-Lei 446/85, norma esta que prevê, de forma similar, a publicitação da sentença condenatória.

A ação inibitória pode ser acompanhada de **sanção pecuniária compulsória** (artigo 10º, nº 2, da LDC e artigo 829º-A do Código Civil) dado tratar-se de obrigações de *fato* positivo ou negativo infungíveis.

A sanção pecuniária compulsória “*é a ameaça de uma sanção pecuniária, ordenada pelo juiz, para a hipótese de o devedor não obedecer à condenação principal, visando o cumprimento das obrigações e a eficácia da decisão do tribunal*”<sup>15</sup>, tendo uma “*dupla finalidade de moralidade e de eficácia, pois com ela se reforça a soberania dos tribunais, o respeito pelas decisões e o prestígio da justiça, enquanto por outro lado se favorece a execução específica das obrigações de prestação de facto ou de abstenção infungíveis*”<sup>16</sup>.

O seu objetivo não é o de indemnizar os danos sofridos pelo credor, mas forçar o devedor a cumprir, vencendo a sua oposição, desleixo, indiferença ou negligência, daí se estipular no artigo 10º, n. 2, da LDC (parte final) que será fixada “*sem prejuízo da indemnização a que houver lugar*”, sendo que a sua aplicação pelo juiz dá lugar à obrigação acessória de pagar uma quantia por cada dia de atraso ou por cada infração, com possibilidade de futura execução.

Na fixação do valor da sanção pecuniária compulsória, o artigo 829º-A, n. 2, do Código Civil estipula que “*será fixada segundo critérios de razoabilidade*”, apelando-se, pois, a um juízo de equidade (artigo 4º, alínea *a*), do Código Civil); no entanto, na fixação da quantia deve atender-se à capacidade económico-financeira do réu, nível de resistência, vantagens e lucros resultantes do incumprimento, de forma a dissuadi-lo de pagar a sanção pecuniária compulsória e a indemnização em vez de cumprir a obrigação principal.

O termo inicial da sanção pecuniária compulsória deve ser fixado na data do trânsito em julgado da sentença condenatória, dado o carácter acessório da sanção em relação à condenação principal; atento este mesmo carácter acessório, em caso de verdadeira impossibilidade de cumprimento da obrigação principal (caso fortuito, força maior, imputável ao devedor ou a terceiro), a sanção pecuniária compulsória não produz efeitos.

Em relação ao termo final, não deverá ser fixado pelo juiz dados os objetivos da sanção pecuniária compulsória, sob pena de limitação do seu papel coercivo.

No que se refere às **cláusulas contratuais gerais**<sup>17-18</sup>, dispõe a alínea c) do n.1 do artigo 26º do DL 446/85, de 25 de outubro, que o Ministério Público dispõe de legitimidade ativa para intentar “ação destinada a obter a condenação na abstenção do uso ou da recomendação de cláusulas contratuais gerais”, assim podendo atuar oficiosamente, por indicação do Provedor de Justiça ou quando entenda fundamentada a solicitação de qualquer interessado, afirmando o n. 2 da mesma norma que o Ministério Público (tal como as demais entidades ali referidas) atua em nome próprio, “embora faça[m] valer um direito alheio pertencente, em conjunto aos consumidores susceptíveis de virem a ser atingidos pelas cláusulas cuja proibição é solicitada”.

À semelhança do que prevê a LDC, o n. 1 do artigo 29º do RJCCG estatui que “a ação destinada a proibir<sup>19</sup> o uso ou a recomendação de cláusulas contratuais gerais que se considerem abusivas segue os termos do processo sumário e está isenta de custas”, acrescentando o n. 2 do mesmo normativo que “o valor da ação excede (euro) 0,01 ao fixado para a alçada da Relação”.

Também o n. 2 do artigo 30º do mesmo regime prevê que, a pedido do autor, pode o vencido ser condenado a dar publicidade à proibição, pelo modo e durante o tempo que o tribunal determinar, estipulando o artigo 33º do mesmo regime a sanção pecuniária compulsória.

Valendo para a ação inibitória agora em referência, e contemplada no artigo 25º do RJCCG, a generalidade do anteriormente dito quanto a idêntica ação prevista na LDC, refira-se que também aqui o Ministério Público visa a defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos, com o objetivo de obter a proibição judicial de cláusulas que violem os artigos 15º, 16º, 18º, 19º, 21º e 22º da RJCCC, a boa-fé (artigos 22º e 762º, n. 2, do Código Civil), a ordem pública (artigo 280º do Código Civil) e o abuso de direito (artigo 334º do Código Civil).

Realce-se que o artigo 31º do RJCCG expressamente prevê a possibilidade de ser requerida uma *proibição provisória*, seguindo-se, com as necessárias adaptações o regime dos procedimentos cautelares não especificados.

No que toca ao tribunal competente, rege o artigo 28º do mesmo diploma, assim atribuindo competência ao “tribunal da comarca onde se localiza o centro da actividade principal do demandado ou, não se situando ele em território nacional, o da comarca da sua residência ou sede”, sendo que, caso estas se localizem no estrangeiro, será competente o tribunal do lugar em que as cláusulas gerais foram propostas ou recomendadas.



Uma breve referência ao regime da sanção pecuniária compulsória no RJCCG: na verdade, a leitura do teor do artigo 33º do DL 446/85 deixa a impressão que, só depois da violação da obrigação de abstenção de utilizar ou recomendar cláusulas contratuais gerais que foram objeto de proibição definitiva, por decisão transitada em julgado, é que a sanção pecuniária pode ser requerida e decretada. A ser assim, não passaria de uma verdadeira multa, punindo um comportamento ilícito passado.

O Ministério Público tem assumido relevante papel na tutela dos interesses dos consumidores

Atento o teor do artigo 10º, n. 2, da LDC, a sanção pecuniária compulsória pode ser aplicada pelo tribunal na própria sentença que iniba o uso ou a recomendação de cláusulas proibidas por lei, assim, “o art. 33º do Decreto-Lei 446/85 deve ter-se por revogado pelos artigos. 10º, n. 2, e 11º, n. 4, da Lei 24/96”.

Em relação à *legitimidade passiva*, e de harmonia com o disposto no n. 1 do artigo 27º do RJCCG, pode a ação inibitória ser proposta contra quem, predispondo cláusulas contratuais gerais, proponha contratos que as incluam ou aceite propostas feitas nos seus termos e contra quem, independentemente da sua predisposição e utilização em concreto, as recomende a terceiros.

Salienta-se, ainda, neste campo, a possibilidade de a ação poder ser intentada, em conjunto, contra várias entidades que predisponham e utilizem ou recomendem as mesmas cláusulas contratuais gerais, ou cláusulas substancialmente idênticas, ainda que a coligação implique infração da regra geral que fixa a competência territorial dos tribunais – cfr. n. 2 da norma anteriormente citada.

Facilita-se, assim, a coligação de demandados, o que reduz o risco de haver decisões judiciais contraditórias sobre a mesma matéria.

Surgindo a *intervenção do Ministério Público* por impulso próprio ou porque tal intervenção lhe foi solicitada externamente, a sua ação inicia-se, desde logo, pela abertura de um processo administrativo, o qual mais não é que um dossier de trabalho e no qual são realizadas todas as diligências adequadas a aferir da concreta necessidade de tutela do interesse concretamente em questão, assim como aferir da melhor forma de, em concreto, atuar.

Procurará, assim, o Ministério Público recolher todos os elementos necessários a tomar uma decisão, qual seja a de arquivar o processo administrativo (*maxime* por entender, à luz dos elementos recolhidos, que a pretensão expressa por um particular não é justificada ou que não se justifica dar entrada de uma

ação em juízo, porque, por exemplo, a entidade que usava formulários contendo cláusulas contrárias à lei, entretanto, mudou os mesmos, não mais se verificando qualquer fundamento para eventual interposição da ação de inibição), ou a de introduzir os fatos em juízo.

Todavia, importa reter que, tal como assinala Cunha Rodrigues<sup>20</sup>, o Ministério Público “*se encontra desprovido de meios, no foro cível, para a realização de diligências de averiguação, pois os particulares não estão obrigados a cooperar. No Brasil, onde o Ministério Público tem funções semelhantes na protecção dos interesses difusos, a ‘ação civil pública’ pode ser antecedida de um ‘inquérito público’, em relação ao qual existe um dever geral de cooperação*”.

Tal situação contrasta fortemente com aquela que é outorgada ao Instituto do Consumidor, que, para a prossecução das suas atribuições, é considerado autoridade pública, assim gozando dos poderes referidos no n. 2 do artigo 21º da LDC, e desde logo o de solicitar e obter informações, elementos e diligências necessários à salvaguarda dos direitos e interesses dos consumidores – cfr. respectiva alínea *a*) – assim como, e para além do mais, “ordenar medidas cautelares de cessação, suspensão ou interdição de fornecimentos de bens ou prestações de serviços que, independentemente de prova de uma perda ou de um prejuízo real, pelo seu objecto, forma ou fim, acarretem ou possam acarretar riscos para a saúde, a segurança e os interesses económicos dos consumidores” – cfr. alínea *d*) da norma em referência.

A título histórico importa, também, referir que, pela Circular 3/94, foi veiculado pela PGR um despacho (datado de 15 de março de 1994), de cumprimento obrigatório para todos os magistrados do Ministério Público que, assim, deviam providenciar pelo envio sistemático e expedito, ao seu gabinete, de fotocópias das intervenções processuais do Ministério Público e das decisões judiciais das várias instâncias que fossem sendo produzidas, na área dos interesses difusos, o que deu origem a um *Boletim de Interesses Difusos*, que começou a ser editado em março de 1994, sendo trimestralmente distribuído por todos os magistrados do Ministério Público que tinham, ou podiam vir a ter, intervenção nessa área.

O boletim em referência deixou de ser publicado em outubro de 2001, tendo sido editados 21 números.

Posteriormente e através do despacho de 2006.05.19, a referida *circular* foi revogada (cfr. despacho veiculado pela Circular 6/2006, da Procuradoria-Geral Distrital do Porto) tendo sido criado um “portal denominado “*Interesses Difusos*” (disponível no endereço electrónico: [www.interessesdifusos.com.pt](http://www.interessesdifusos.com.pt)<sup>21</sup>) constituído por uma área de informação de acesso público, e uma outra, de acesso restrito a

*magistrados do Ministério Público, que integre cumulativamente informação sobre processos e peças processuais que se afigurem especialmente significativas, bem como outros elementos de apoio à acção dos senhores magistrados», tendo, simultaneamente, sido criado o Núcleo de Coordenação de Interesses Difusos, sediado no Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC), da Procuradoria-Geral da República.*

Não obstante estas notas de “alguma tristeza”, importa realçar que, no terreno, tem, de *fato*, o Ministério Público assumido um muito relevante papel na tutela dos interesses dos consumidores, *maxime* através de inúmeras ações interpostas nas mais diversas comarcas/círculos, aqui me permitindo destacar a ação do “Núcleo de Contencioso do Estado”, da área cível de Lisboa, que tem, frequentíssimamente, interposto ações na concreta tutela/defesa dos interesses dos consumidores.

A este propósito e valendo-me de exemplos coligidos pelo Procurador-geral Adjunto, João Ferreira Pinto, refiro aqui as seguintes situações:

**1) Ação inibitória, proposta pelo Ministério Público, na Comarca de Oeiras**, contra “AGFA – Gevaert, Lda.” e contra “KODAK Portuguesa, Lda.”, na qual estava em causa a utilização de uma cláusula inscrita no verso dos sacos para transporte e identificação dos filmes, dispondo ela que, se as películas se extrviassem ou fossem estragadas pela Kodak, ou por qualquer companhia subsidiária, a sua responsabilidade se limitava, exclusivamente, à substituição por igual metragem de película virgem.

Na perspectiva do Ministério Público, a exclusão ou limitação da responsabilidade, operada pela cláusula citada, violava o disposto na alínea c) do artigo 18º da LCCG, segundo a qual são absolutamente proibidas as cláusulas que excluam ou limitem, de modo direto ou indireto, a responsabilidade por não cumprimento definitivo, mora ou cumprimento defeituoso, em caso de dolo ou culpa grave.

A ação foi julgada procedente e, em recurso, confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de 27 de abril de 1999, que considerou que “*o equilíbrio contratual, o princípio da protecção da confiança, o critério da proporcionalidade, a proibição de se convencionar a irresponsabilidade contratual do devedor e a proibição do abuso da posição dominante são princípios que não foram salvaguardados*” na cláusula em causa, e, como tal, a tornam(tornavam) nula.

## **2) Ação inibitória, proposta pelo Ministério Público, na Comarca de Lisboa, contra “ Companhia de Seguros Império, S. A.”**

Para o Ministério Público a ré incluía, e utilizava, nos seus contratos de seguro, pré-elaborados, cláusulas abusivas, tais como as que lhe permitiam resolver o contrato sem alegação de qualquer motivo justificativo, fundado na lei ou previsto no próprio contrato, e as que predispunham, para as situações em que a resolução contratual ocorresse por iniciativa do tomador do seguro, uma cláusula penal que possibilitava à seguradora reter 50% do prémio correspondente ao período de tempo não decorrido.

As primeiras violavam o artigo 22º, n. 1, alínea *b*), da LCCG, (segundo a qual são proibidas as cláusulas que permitam, a quem as predisponha, denunciar livremente o contrato, sem pré-aviso adequado, ou resolvê-lo sem motivo justificativo, fundado na lei ou em convenção), e as segundas o disposto no artigo 19º, alínea *c*), da mesma lei, (são proibidas as cláusulas que consagrem cláusulas penais desproporcionadas aos danos a ressarcir).

A ação foi julgada improcedente, no despacho saneador/sentença, mas o Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 4 de fevereiro de 1999, revogou essa decisão e condenou a ré a *“abster-se de utilizar as cláusulas contratuais gerais supra referidas em todos os contratos de seguro (facultativos) por si comercializados e que, de futuro, venha a celebrar com os seus clientes e a dar publicidade, desta proibição, através de anúncio a publicar em dois jornais diários de maior tiragem em Lisboa e no Porto, durante três dias consecutivos”*.

## **3) Ação inibitória, proposta pelo Ministério Público, na Comarca de Benavente, contra a “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo”, de Samora Correia, relativa a cláusula inserta em contrato de mútuo, com vista à aquisição de imóveis.**

Do clausulado, pré-elaborado, constava a imposição à parte contratante de uma obrigação pecuniária, de montante certo e exagerado, para as despesas relativas ao incumprimento, e impunha-lhe, também, a renúncia a contestar a liquidação da quantia por ela, arbitrariamente, estabelecida.

No entender do Ministério Público, as cláusulas mencionadas violavam o disposto nos artigos 2º, 3º e 50º, todos do Código de Processo Civil (os dois primeiros estabelecem, respectivamente, a garantia de acesso aos tribunais e o direito ao exercício do contraditório e o último diz que os documentos assinados perante notário, e que imponham uma obrigação, só são títulos executivos se forem acompanhados dos correspondentes documentos de despesa), e o disposto nos artigos 67º e 69º do Código Civil (ninguém pode renunciar, no todo ou em

parte, à sua capacidade jurídica, sendo que a renúncia suprarreferida constitui uma limitação da capacidade jurídica dos mutuários), tudo com referência ao artigo 18º, do DL 446/85.

#### **4) Ação inibitória, proposta pelo Ministério Público, na Comarca do Porto, contra “Removelar” – Centro de compras familiares.**

A Removelar foi condenada, por sentença de 23 de março de 1993, a abster-se de usar determinadas cláusulas por serem nulas.

Era o caso das cláusulas em que o cliente se comprometia a fazer compras num valor determinado, em que a Removelar tinha um poder discricionário no que chamava de “concessão de crédito” e em que não admitia a responsabilidade por atos dos seus auxiliares ou representantes em caso de dolo ou de culpa grave.

Tais cláusulas violavam o princípio da boa-fé pelo desequilíbrio das prestações (artigos 9º, n. 2, 14º e 16º, do DL 446/85, na sua primitiva redação) e a cláusula que não admitia a responsabilidade violava, também, o artigo 18º, alínea *d*), do mesmo diploma, segundo a qual são em absoluto proibidas as cláusulas que excluam ou limitem, de modo direto ou indireto, a responsabilidade por atos de representantes ou auxiliares, em caso de dolo ou de culpa grave.

#### **5) Ação inibitória, proposta pelo Ministério Público, na Comarca de Lisboa, contra “OMNIVIP – Comercialização de Cartões Turísticos, Lda.”,**

dadas as cláusulas que certificavam que o adquirente ficava ciente dos aspectos jurídicos e das questões materiais decorrentes do contrato de forma a impedi-lo de, futuramente, invocar a invalidade de alguma das suas cláusulas, que estabeleciam um período longo de vigência do contrato, atendendo ao objeto e à natureza do produto comercializado, e que atribuíam competência exclusiva à comarca de Lisboa para as ações judiciais decorrentes do contrato.

A primeira cláusula violava o disposto no artigo 21º, alínea *e*) (atesta conhecimentos das partes relativos ao contrato, quer em aspectos jurídicos, quer em aspectos materiais); a segunda o artigo 22º, alínea *a*) (prevê prazos excessivos para a vigência do contrato), e a última o disposto no artigo 19º, alínea *g*) (estabelece um foro competente que envolve graves inconvenientes para uma das partes, sem que os interesses da outra o justifiquem), todos da LCCG.

#### **6) Ação inibitória, proposta pelo Ministério Público, na Comarca de Lisboa, contra a “Caixa Económica Montepio Geral”, por, nos contratos de emissão e de utilização de cartões de débito, aquela utilizar cláusulas abusivas.**

As cláusulas foram elaboradas de antemão pela ré, limitando-se cada candidato a preencher, nos espaços em branco a isso destinados e constantes do rosto do impresso, a sua identidade e a assinar o contrato sem que se verificasse qualquer negociação individual, entre a ré e a contraparte, quanto ao teor das “condições gerais de utilização”.

Tendo em conta que algumas dessas cláusulas eram abusivas, o Ministério Público pediu que a ré fosse condenada a abster-se de as utilizar, nomeadamente as que procediam à inversão do regime legal do risco, as que modificavam os critérios legais de repartição do ónus da prova, as que permitiam a resolução do contrato sem motivo justificativo e as que definiam o foro convencional.

Com efeito, elas violavam o disposto no artigo 21º, alínea *f*) (altera as regras respeitantes à distribuição do risco, dado o disposto nos artigos 1205º, 1206º, 1144º, 796º, n. 1, do Código Civil, pois, sendo o depósito bancário um depósito irregular e passando as quantias depositadas a ser propriedade do banco, “o perecimento ou deterioração da coisa, por causa não imputável ao alienante, corre por risco do adquirente”), a segunda o disposto no artigo 21º, alínea *g*), e a terceira o artigo 22º, n.1, alínea *b*) (permite resolver o contrato sem motivo justificativo previamente conhecido pelo outro contraente ou fundado na lei), todos da LCCG.

### **Outro exemplo<sup>22</sup>**

No âmbito de um processo administrativo, colocava-se a questão de arquivá-lo, ou de elaborar a pertinente contestação, estando em causa um contrato de seguro, denominado “Lar, multi-riscos habitação”, ao abrigo do DL 446/85, de 25 de outubro.

A questão objeto do requerimento consiste essencialmente em saber se estavam cobertos pelo seguro os danos verificados num veículo que se encontrava na garagem, através da análise do contrato, atentas as respectivas condições particulares e gerais.

No contrato de seguro constava um quadro cuja epígrafe se referia a “Capitais” e, dentro deste, a seguradora especificou quais os objetos abrangidos pela cobertura base, e que eram:

- Edifício;
- Conteúdo.

Seguidamente, era mencionada a expressão “Assistência na Habitação”, por baixo da qual a seguradora especificou as “Coberturas Opcionais”, das quais faziam parte:

- Veículos em Garagem;
- Fenómenos sísmicos.

Contudo, no verso daquele contrato, em letras destacadas, estava escrito como título “Coberturas”, sendo que, por baixo do mesmo título, a seguradora colocou em primeiro lugar “Cobertura Base” e, imediatamente a seguir, identificou uma a uma, as situações que se encontravam abrangidas por ela, sendo que ali constava expressamente “Veículos em Garagem – Valor Venal do Veículo”.

Em segundo lugar, escreveu “Cobertura Opcional”, e dentro desta incluiu uma única situação:

- Fenómenos sísmicos.

Ou seja, no rosto do contrato de seguro identificavam-se como objetos seguros pela cobertura base o edifício e conteúdo e como objectos seguros pelas coberturas opcionais os veículos em garagem e fenómenos sísmicos. Por outro lado, no verso do mesmo contrato eram descritos, de forma detalhada, os riscos abrangidos pela cobertura base e opcional, sendo que na denominada cobertura base se encontrava incluído o risco por veículos em garagem – valor venal.

Em virtude do sinistro ocorrido a seguradora pronunciou-se no sentido de que a “cobertura de «Veículos em Garagem» era uma cobertura de carácter opcional que não foi, na circunstância subscrita pelo segurado, negando o pagamento do dano.

No que respeita à interpretação da declaração negocial, dispõe o artigo 236º do Código Civil que a declaração negocial vale com o sentido que um declaratório normal colocado na posição do real declaratório possa deduzir do comportamento do declarante, salvo se este não puder razoavelmente contar com ele. “O alcance decisivo da declaração será aquele que em abstrato lhe atribuiria um declaratório razoável, medianamente inteligente, diligente e sagaz, colocado na posição concreta do declaratório real, em face das circunstâncias que este efetivamente conheceu e das outras que podia ter conhecido.” (J. Calvão da Silva, *Estudos de direito comercial*, 1996, pág. 102 e seg. e 217).

A interpretação da declaração negocial não pode, em negócios formais (caso do contrato de seguro, regulado pela legislação comercial), acolher um sentido que não tenha no texto um mínimo de correspondência (artigo 238º, n. 1, do Código Civil). A interpretação das cláusulas dos contratos de seguro resume-se à descoberta do sentido objetivo da declaração negocial (Acórdão da RC de 16/1/79, CJ, 1979, 1º -19).

Ora, uma pessoa medianamente instruída e diligente, colocada na posição do declaratório real, face ao contrato em referência, onde constava como risco



abrangido na cobertura base “Veículos em Garagem – Valor Venal do Veículo”, iria subscrever uma cobertura opcional para “Veículos em Garagem”?

Tal situação não se afigura crível, pois que o declaratório normal pensaria ser desnecessário subscrever uma cobertura opcional, que implica maiores custos, quando o veículo está(estava) abrangido pela cobertura base.

No entanto, independentemente desta interpretação efetuada ao abrigo dos artigos 236º e seguintes do Código Civil, era aplicável ao caso o artigo 11º do DL 446/85, que no n. 2 estatui que “na dúvida, prevalece o sentido mais favorável ao aderente”. Isto é, em caso de dúvida funciona a regra da interpretação mais favorável à contraparte o utilizador de cláusulas contratuais gerais – *in dubio contra stipulatorem*, já que quem introduz unilateralmente cláusulas contratuais gerais tem que suportar o risco de uma certa ambiguidade.

**Primeira conclusão:** É(era) juridicamente sustentável, atenta a interpretação efetuada, defender que o risco respeitante ao veículo que se encontrava na garagem estava abrangido pela cobertura base do contrato subscrito.

O expoente defende que o Ministério Público deveria intentar ação inibitória com fundamento no disposto nos artigos 15º e 16º do DL 446/85.

Importa referir que o controlo abstrato (ou preventivo) é levado a cabo independentemente da sua inclusão em contratos singulares, trata-se do recurso à ação inibitória em que se pretende que os utilizadores de cláusulas contratuais gerais sejam condenados a abster-se do seu uso.

A ação inibitória *visa tutelar interesses coletivos e difusos* e tem uma estrutura processual (legitimidade, caso julgado) diferente do regime geral do Código de Processo Civil, pois que pretende impedir a utilização futura de cláusulas proibidas por lei, através da condenação em prestação de fato negativo – não utilização ou não recomendação de cláusulas contratuais gerais proibidas – e, consequentemente, a sentença proíbe, ou não, certa cláusula que o autor sustenta ser ilícita, mas não pode ordenar ou sugerir uma determinada concepção ou redação da cláusula.

Neste caso, *o controlo das cláusulas contratuais gerais deverá efetuar-se abstratamente e não em concreto, ou seja, deverá fazer-se tendo em conta as cláusulas em si próprias, no seu conjunto e segundo os padrões em jogo, e não isoladamente ou em função do caso concreto.*

**Segunda conclusão:** O Ministério Público não tem(tinha) legitimidade para, por esta factualidade, intentar ação inibitória (aliás, já tinha intentado ação inibitória relativamente às cláusulas nulas constantes das condições particulares e gerais), uma vez que se tratava de um problema de interpretação do contrato em que o lesado teria que intentar a respectiva ação declarativa de condenação



com vista a ser ressarcido dos danos causados ao veículo, e onde invocaria a existência de contrato que cobre o risco, nos termos e segundo a interpretação acima exposta.

O requerente pedia, ainda, que a seguradora fosse condenada em indemnização pelos prejuízos cobertos pelo contrato de seguro. A ação inibitória tem uma finalidade preventiva e não visa dirimir os conflitos suscitados pela efetiva celebração dos contratos que integrem cláusulas contratuais gerais, uma vez que a ação inibitória incide sobre as propostas negociais de adesão e não sobre os contratos singulares e que essas cláusulas contratuais gerais se incluem.

**Terceira conclusão:** Ainda que, no caso, fosse intentada ação inibitória o Ministério Público não podia deduzir pedido de indemnização atenta a natureza jurídica da ação inibitória. Por outro lado, não existe base legal que permita ao Ministério Público representar o requerente no âmbito da ação declarativa a intentar.

Por tudo o exposto, e uma vez que as cláusulas consideradas nulas nos clausulados constantes dos autos já tinham sido objeto da interposição da respectiva ação inibitória e o novo clausulado apresentado pela seguradora, com exceção da que foi objeto da ação inibitória, não suscitava questões de legalidade, foi o processo administrativo em questão arquivado.

Não queria finalizar esta intervenção sem fazer duas brevíssimas referências ao relevantíssimo papel que, também aqui, o Ministério Público é chamado a desempenhar, em duas vertentes distintas:

– a primeira é o da representação de ausentes, incertos ou incapazes, em sede de ação, contestação ou dedução de embargos – cfr. artigos 15º, 16º e 17º do Código de Processo Civil – (Defesa de interesses individuais. Exemplo: de acordo com o artigo 8º, alínea *d*), do DL 446/85 consideram-se excluídos dos contratos singulares as cláusulas contratuais gerais inseridas em formulários depois da assinatura de algum dos contraentes. Ressalva: Se na defesa de incapazes a defesa poderá ser de *facto* e de direito [podem, por exemplo, ter sido contactados por um familiar que forneceu *factos*], na defesa de ausentes ou incertos a defesa só pode ser de direito).

– a segunda referência que cumpre efetuar reporta-se à ação que, também com incidência nesta temática, o Ministério Público desempenha no foro criminal, designadamente tendo em atenção o regime do DL 28/84 de 20 de janeiro<sup>23</sup>, bem como o teor dos artigos 270º (pesos e medidas falsos), 282º

A ação inibitória,  
no âmbito da  
LDC, visa a defesa  
de interesses  
individuais  
homogêneos,  
coletivos e difusos

(corrupção de substâncias alimentares ou medicinais) e 217º (burla) do Código Penal, podendo/devendo ser deduzido pedido de indemnização cível no processo penal (ex. burla através de chamadas telefónicas de valor acrescentado), pedido esse que segue os termos da lei civil e desde que se trate de interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos (cfr. artigos 76º, n. 3, do Código de Processo Penal<sup>24</sup>, artigo 26.-A do Código de Processo Civil, artigos 12º, 13º, alínea c), e 20º, da Lei 24/96).

Finalmente, não posso deixar de referir o relevantíssimo papel que, também nesta área, o Ministério Público pode/deve desempenhar nas tantas vezes “malqueridas” (porque incómodas) funções de atendimento ao público...

## Notas

<sup>1</sup> Aprovado pela Lei 47/86, de 15 de Outubro, republicado pela Lei 60/98, de 27 de Agosto, e alterado pelas Leis 42/2005, de 29 de Agosto, 67/2007, de 31 de Dezembro, 52/2008, de 28 de Agosto, 37/2009, de 20 de Julho, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

<sup>2</sup> Da leitura da alínea a) do n. 3 do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa resulta que a expressão *interesses difusos integra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida e a preservação do ambiente e do património cultural*, “não estando afastada a qualificação como difusos de outros interesses supra-individuais”, como assinala João Pires Cardoso Alves, in “O Ministério Público e a Proteção dos Consumidores – presente e futuro”, em *A Responsabilidade Comunitária da Justiça, O Papel do Ministério Público*, VII Congresso, Edição do SMMP, 2008, pp 191 a 196. Conforme refere Cunha Rodrigues – in “Em Nome do Povo”, Coimbra Editora, 1999, pp. 171 a 172 – “Do ponto de vista subjetivo, os interesses difusos caracterizam-se pela indeterminação e fungibilidade e, na perspectiva do objeto, pela natureza coletiva e infungível do bem. Emergem de do seio de uma coletividade indiferenciada que, pela falta de características de estabilidade, se não configura como uma entidade”, sendo que, segundo o mesmo autor, “O reconhecimento ao Ministério Público de um papel relevante em matéria de defesa dos interesses coletivos e difusos surge na tradição de uma magistratura ligada à promoção de objetivos sociais. Anote-se que as leis têm cometido ao Ministério Público, nos últimos anos, novos papeis na proteção destes interesses, nomeadamente na defesa do ambiente, do património histórico e cultural e dos interesses coletivos dos consumidores”.

<sup>3</sup> As CCG são “proposições destinadas à inserção numa multiplicidade de contratos, na totalidade dos quais se prevê a participação como contraente da entidade que, para esse efeito, as pré-elaborou ou adotou” – cfr. Carlos Ferreira de Almeida, *Contratos I*, Coimbra, 2000, pag. 118.

<sup>4</sup> Lei 24/96, de 31 de Julho, na redação do DL 67/2003, de 8 de Abril. Refira-se, também, que o n.1 do artigo 1º da mesma Lei, com a epígrafe de *Dever geral de proteção*, impõe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais o dever de proteger o consumidor, nomeadamente através do apoio à constituição e funcionamento das associações de consumidores e de cooperativas de consumo.

<sup>5</sup> Não obstante a exígua bibliografia existente acerca do conceito de *interesses individuais homogêneos*, vem sendo entendido (cfr. Ac. STJ de 23/9/93, Proc. 503/97, 2ª Seção), que o mesmo representa todos

aqueles casos em que os membros de uma classe são titulares de direitos diversos, mas dependentes de uma única questão de fato, ou de direito, pedindo-se, para todos eles um provimento jurisdicional de conteúdo idêntico. Ou seja, com a crescente complexidade da vida social, ganha raízes a autonomização da figura daqueles interesses que naturalmente radicam em *necessidades coletivas individualmente sentidas*, hoje com enfática tradução nos interesses individuais homogêneos, cuja tutela coletiva se justifica pela relevância social que revestem.

Assim, utilizando a delimitação conceptual proposta por Carlos Adérito da Silva Teixeira (*Boletim dos Interesses Difusos*, Procuradoria-Geral da República, n. 14 – Dez. 97, pág. 33) poder-se-á admitir que *interesses difusos* são aqueles que apresentam, no plano da sua titularidade, uma pluralidade de sujeitos, tendencialmente indeterminada e, nessa medida, se distinguindo dos chamados *interesses coletivos*, posicionados na titularidade de uma categoria de pessoas (normalmente) ligadas por um vínculo jurídico, e que se caracterizam, no plano da sua natureza, pela insusceptibilidade de apropriação individual (exclusiva) do bem em causa, distinguindo-se, neste pormenor, dos chamados *interesses individuais homogêneos*, interesses que, apresentando uma origem comum, têm, no entanto, uma tradução concreta individual, dada a divisibilidade do bem, com a correspondente titularidade determinada.

<sup>6</sup> “Os interesses coletivos dizem respeito a um grupo, uma categoria um conjunto de pessoas ligadas entre si por uma relação jurídica (pertença a uma associação a uma classe, a uma categoria)”, Liz, Jorge Pegado.

<sup>7</sup> Retenha-se, também, que os direitos dos consumidores assumem *caráter injuntivo*, assim dispondo expressamente o n. 1 do artigo 16º da LDC que “sem prejuízo do regime das cláusulas contratuais gerais, qualquer convenção ou disposição contratual que exclua ou restrinja os direitos atribuídos pela presente lei é nula”.

<sup>8</sup> Proibição provisória.

<sup>9</sup> Proibição definitiva.

<sup>10</sup> Norma que dispõe que “São revogadas as isenções de custas previstas em qualquer lei, regulamento ou portaria e conferidas a quaisquer entidades públicas ou privadas e que não estejam previstas no presente decreto-lei”.

<sup>11</sup> Nos termos da alínea citada, estão isentas de custas as pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, quando atuem exclusivamente no âmbito das suas especiais atribuições ou para defender os interesses que lhes estão especialmente conferidos pelo respectivo estatuto ou nos termos da legislação que lhes seja aplicável.

<sup>12</sup> Salvo melhor opinião, o raciocínio exposto mantém atualidade, mesmo à luz da Lei 7/2012, de 13 de Fevereiro, entretanto entrada em vigor, que procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais.

<sup>13</sup> Note-se, todavia, que tal não tem sido o entendimento jurisprudencial; embora reportado ao DL 446/85, de 25 de Outubro (diploma que institui o regime das cláusulas contratuais gerais, mas no qual se regulamenta, de forma muito semelhante esta questão) e no âmbito do anterior Código das Custas Judiciais, por acórdão datado de 23 de Novembro de 2000, o Supremo Tribunal de Justiça entendeu que os réus estavam, também, isentos de custas.

<sup>14</sup> Proferido no processo 292/2001 e publicado no DR, IIª Série, n. 264, de 14 de Novembro de 2011, págs. 18789/18790.

<sup>15</sup> Silva, João Calvão da, BMJ 359, pág. 64.

<sup>16</sup> Cfr. n. 5 do preâmbulo do DL 262/83 de 16 de Junho.

<sup>17</sup> Quanto à definição de cláusulas contratuais gerais e âmbito de aplicação do diploma agora em referência, e para além do já adiantado na *Nota 3*, vejam-se os respectivos artigos 1º a 3º.

<sup>18</sup> No que concerne ao uso de CCG podemos encontrar, como *vantagens*, os seguintes pontos: Racionalização e especialização; Eficácia, rapidez e diminuição de custos; Adequação do regime dos contratos à crescente especialização da sua atividade económica, sendo que casos há em que se regista, de fato, a impossibilidade prática de negociação individual por parte de uma empresa que tenha milhões de clientes (ex: Carris, Metro). Paralelamente, do lado das *desvantagens*, verifica-se que a: liberdade da contraparte fica limitada a aceitar ou rejeitar, sem poder interferir, de forma significativa no conteúdo negocial que lhe é proposto; o anonimato e despersonalização; a dispersão dos enunciados contratuais, assim como o risco de empresas em situação de força no mercado poderem valer-se da situação dominante para inserir cláusulas abusivas ou injustas.

<sup>19</sup> Estamos no âmbito da ação inibitória – cfr. artigo 25º do diploma em referência – que é uma ação de condenação em prestação de fato negativo e atua de modo definitivo, dado que tem como objeto a imposição imediata de um comportamento – cfr. artigo 32º do mesmo diploma. A ação inibitória pretende impedir a utilização futura de cláusulas proibidas por lei, através da condenação em prestação de fato negativo: não utilização ou não recomendação de CCG proibidas. Consequentemente, a sentença proíbe ou não certa cláusula que o autor sustenta ser ilícita, mas não pode ordenar ou sugerir uma determinada concepção ou redação da cláusula. Neste caso, o controlo das CCG deve efetuar-se abstratamente e não em concreto, deve fazer-se tendo em conta as cláusulas em si próprias. “O que está em causa é o desequilíbrio significativo em detrimento do consumidor: é ele que leva à qualificação da cláusula como abusiva.” A consequência da inobservância das regras respeitantes à inclusão das condições gerais no contrato é a exclusão destas do contrato celebrado (artigo 8º do DL 446/85, de 25 de Outubro), permanecendo o contrato válido e eficaz no restante.

<sup>20</sup> Op. cit., p. 42.

<sup>21</sup> Malgrado, a última atualização deste site data de 5 de Abril de 2006.

<sup>22</sup> Exemplo colhido de preciosos apontamentos elaborados pelo Exmº Senhor Procurador-Adjunto João Alves, verdadeiro mestre nesta temática e ao qual aqui se presta o mais que devido tributo pela sua persistente ação em prol da defesa dos direitos do consumidor.

<sup>23</sup> Diploma que aprova o regime das Infrações Antieconómicas e Contra a Saúde Pública e no qual se colocam também questões diretamente relacionadas com a proteção de interesses coletivos dos consumidores, tais como a saúde pública, a genuinidade dos produtos, a lealdade nas vendas, a garantia de abastecimento e a correção na formação dos preços.

<sup>24</sup> Norma que expressamente dispõe que “Compete ao Ministério Público formular o pedido de indemnização civil em representação do Estado e de outras pessoas e interesses cuja representação lhe seja atribuída por lei”.